



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO**  
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró/RN – CEP: 59.625-900 - Tel.:  
(84) 3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

**GRADE CURRICULAR**  
**2ª TURMA – ANO 2020/2021**

O quadro a seguir apresenta a estrutura curricular do curso, indicando quais são as disciplinas oferecidas em caráter obrigatório, ementa, professores responsáveis e carga horária. Todas as disciplinas serão oferecidas no âmbito do CCSAH/DCSA.

<b>Disciplina</b>	<b>Ementa</b>	<b>Professores</b>	<b>CH</b>
<b>Teoria da Constituição</b>	Introdução ao Direito Constitucional. O Estado e a Constituição. Movimentos constitucionais e constitucionalismo. Constituição e seus múltiplos significados. Poder Constituinte. Reforma constitucional. Norma constitucional e sua eficácia. Hermenêutica Constitucional. Princípios Constitucionais.	Mário Sérgio Falcão Maia	15h
<b>História do Constitucionalismo Brasileiro</b>	Análise histórica do fenômeno do constitucionalismo: problemas, desafios, possibilidades. Correntes ligadas à historiografia recente. O século XVIII e a diferenciação do direito. O advento da Constituição como forma. O significado histórico-sociológico da jurisdição constitucional. Repercussão no modelo constitucional brasileiro. A tradição constitucional do Império e da Primeira República. O constitucionalismo social e as experiências europeia e norte-americana. O Estado Democrático de Direito.	Rafael Lamera Giesta Cabral	15h
<b>Direitos Fundamentais na Constituição de 1988</b>	Conceito, categorias, funções e titularidade dos direitos fundamentais. Vinculação estatal e horizontalidade dos direitos fundamentais. Limites e colisões entre os direitos fundamentais (critério da proporcionalidade). Direitos fundamentais em espécies na Constituição Federal de 1988. Direitos fundamentais na jurisdição constitucional brasileira (Supremo Tribunal Federal).	Ulisses Levy Silvério dos Reis	15h
<b>Direito Constitucional e Organização do Estado</b>	A organização político-administrativa e a União. Os Estados federados. Os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios. A intervenção. A administração pública.	Hudson Palhano de Oliveira Galvão	15h
<b>Jurisdição Constitucional e Controle de Constitucionalidade</b>	Teoria da jurisdição Constitucional. Origens e fundamentos da Jurisdição Constitucional e o Controle de Constitucionalidade. Sistemas de controle de constitucionalidade no direito comparado e no Brasil. Sistema Difuso de Constitucionalidade: mecanismos de ação, análise das decisões, o exercício do controle pelos juízes e tribunais, novos rumos das decisões em sede de controle difuso. Sistema Concentrado de Constitucionalidade: legitimados, vias de acesso, decisões do Tribunal competente, novos rumos das decisões em sede de controle. Ações de controle de constitucionalidade.	Lizianne Sousa Queiroz Franco de Oliveira	15h

<b>Remédios Constitucionais</b>	Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais. Habeas Corpus. Habeas Data. Direito de Petição. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança: Individual e Coletivo. Mandado de Injunção.	José Albenes Bezerra Júnior	15h
<b>Direito Constitucional Econômico</b>	Estado, Economia e Direito Econômico: noções propedêuticas. Modelos de Ordem Econômica Constitucional. Fundamentos e princípios da Ordem Econômica Constitucional brasileira. Formas de atuação do Estado em relação ao domínio econômico. Âmbito da intervenção direta do estado na Ordem Econômica. Intervenção indireta do Estado na Ordem Econômica: a regulação da atividade privada.	Marcelo Lauar Leite	15h
<b>Direito Constitucional: Administrativo-Tópicos Especiais</b>	Regime Jurídico constitucional dos Servidores Públicos. Disciplina constitucional da gestão dos bens públicos. Bases constitucionais das Agências Reguladoras. Delegação de competências constitucionais normativas do Poder Legislativo para o Poder Executivo.	Hudson Palhano de Oliveira Galvão	15h
<b>Direito Constitucional Ambiental</b>	Fundamentos históricos e constitucionais do Direito Ambiental. Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Princípios constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro. Federalismo e meio ambiente. Interesses difusos e coletivos. Princípios gerais da atividade econômica e o Direito Constitucional Ambiental. Bens ambientais. Objeto da tutela ambiental brasileira quanto: a) ambiente natural, b) ambiente artificial, c) ambiente cultural, d) ambiente do trabalho, e) patrimônio genético.	Raquel Araújo Lima	15h
<b>Prática Recursal nos Tribunais Superiores</b>	Teoria Geral dos Recursos. Processo nos Tribunais. Precedentes. Prática Jurídica Recursal: estudo de formatos recursais sobre questões constitucionais e tributárias.	Marcus Tullius Fernandes Leite	15h
<b>Processo Administrativo Tributário Federal</b>	Processo Administrativo Tributário Federal – Fundamentos e Alcance. Poder de Fiscalizar e seus Limites. Dever de Informar e seus Limites. Princípios: do Procedimento Fiscal Federal e do Processo. Sigilos Fiscal e Bancário: Diferenciação e Princípios de Regência. Modelos do Direito Administrativo Fiscal Comparado: Itália, Estados Unidos, França e Alemanha. Modelo Brasileiro. Normas Aplicáveis ao Procedimento e Processo Federal. Normas Antielisão. Autuação Fiscal e Procedimento Interno do Fisco Federal. Intimação para os Atos. Agentes do Processo e suas Atribuições: Delegado, Auditor, Técnico, Conselheiro, Contribuinte, Responsável e Procurador. Fiscalização e Excesso de Exação. Fases do Processo: Instauração, Instrução, Relatório e Julgamento. Impugnação e Recursos do Processo Administrativo Federal. Órgãos Fiscais Decisórios: Delegacias Regionais da Receita Federal de Julgamento – DRJs, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, Câmara Superior de Recursos Fiscais – CSRF e Ministério da Economia. Tramitação Processual. Súmulas Administrativas do CARF. Controle de Legalidade por meio de Outros Procedimentos, Atos e Processos Administrativos: Consulta Fiscal a cargo da Coordenação Geral da Tributação da Receita Federal do Brasil – COSIT, Deferimento e Cancelamento de Parcelamento, Restituições, Isenções e Imunidades, Ato de Homologação de Compensações Fiscais. Conversão de Procedimentos e Atos em Processo. Vícios Processuais. Representação Fiscal.	Geraldo de Melo Freitas Junior	15h
<b>Processo e Prática Administrativa Tributária</b>	Noções Fundamentais - Processo e Procedimento. Princípios jurídicos do processo tributário. Processo Administrativo Tributário: espécies e fundamentos. Auto de infração e notificação de lançamento. Impugnação. Recurso Administrativo. Apreensão de mercadorias e devido processo legal. Processo de controle interno da legalidade administrativa. Inscrição em Dívida Ativa. Outras espécies de procedimentos e de atos administrativos.	Fernanda Lucena de Albuquerque	30h

	Reconhecimento de isenções ou imunidades. Compensações. Restituições. Parcelamento. Consulta Fiscal. Nulidades do processo administrativo fiscal.		
<b>Direito Constitucional Internacional</b>	Hierarquia e Efetividade dos Tratados Internacionais. Relação: Tratados Internacionais e Ordenamento Jurídico Interno. Jurisdição Internacional x Nacional: Aplicação das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil. Controle de Convencionalidade. Análise de Casos Práticos Envolvendo a Aplicação de Tratados e Decisões Jurídicas Internacionais.	Rodrigo de Almeida Leite	15h
<b>Sistema Tributário Constitucional</b>	Introdução ao Sistema Constitucional Tributário. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Imunidades tributárias. Competência tributária.	Julianne Holder da Câmara Silva Feijó	15h
<b>Teoria Geral do Direito Tributário</b>	O Código Tributário Nacional e as normas gerais de direito tributário. Legislação tributária. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Relação jurídico-tributária. Responsabilidade tributária. Crédito tributário e lançamento. Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária.	Luiz Felipe Monteiro Seixas	30h
<b>Tributos em Espécie</b>	Tributos em espécie. Imposto sobre a renda. Imposto sobre produtos industrializados. ICMS. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Imposto sobre serviços de qualquer natureza. Imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos. Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis. Imposto de importação e imposto de exportação. Imposto sobre operações financeiras. Taxas de polícia e de serviço. Contribuições de intervenção no domínio econômico. Contribuições sociais (PIS, COFINS e CSLL).	Geraldo de Melo Freitas Junior	30h
<b>Processo Judicial Tributário</b>	Processo judicial tributário. Trabalhos da comissão especial do CTN (1954). Divisão do processo tributário no anteprojeto. Formação do título executivo tributário (Certidão da Dívida Ativa - CDA). Presunções (exigibilidade, certeza, liquidez e fé pública) da CDA. Provas no processo tributário contra as presunções da CDA. Execução fiscal. Aplicação subsidiária do CPC. Arresto cautelar. Convênios Judiciais. Penhora e suas modificações (Termo e Auto de penhoras). Embargos à execução fiscal. Incidentes na execução fiscal após arrematação. Exceção de pré-executividade. Ações de iniciativa do contribuinte. Arrolamento fiscal. Cautelar fiscal.	Noel de Oliveira Bastos	30h
<b>Direito Penal Tributário</b>	Introdução ao Direito Penal Tributário. Natureza jurídica da infração tributária. Princípios do Direito Penal Tributário. Evasão, elisão, elusão, sonegação e fraude. Diferentes tipos de infração tributária. Tipicidade. Irretroatividade da norma penal tributária. A subjetividade na infração tributária e causas que eliminam a subjetividade. A sanção tributária em geral. Causas de extinção da punibilidade.	Wallton Pereira de Souza Paiva	15h
<b>Direito Financeiro e Orçamentário</b>	Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito Financeiro. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.	Raimundo Márcio Ribeiro Lima	15h
<b>Metodologia do Trabalho Científico</b>	A pesquisa bibliográfica e suas limitações. Métodos qualitativos e quantitativos que podem ser aplicados na pesquisa jurídica. Estudo de casos reais de pesquisas jurídicas. Formulação e justificação do tema. Normas técnicas.	Rodrigo de Almeida Leite	15h
<b>Trabalho de conclusão de curso</b>	Formato: artigo (escrito em coautoria com o orientador e submetido para revista acadêmica indexada no Qualis-Periódicos, dentro do prazo de 18 meses da duração da especialização) ou monografia.	Todos os professores	30h

